



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Agenda de Ação da COP30

Eixo IV - Construindo Resiliência nas Cidades, Infraestrutura e Água

Objetivo 13: Desenvolvimento urbano resiliente, mobilidade e infraestrutura

Plano de Aceleração – Reconstruir com Resiliência e Justiça

Anfitrião: Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR)

Iniciativas: Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI), Alertas Precoces para Todos (EW4ALL) e Tornando as Cidades Resilientes 2030 (MCR2030).

Este Plano reflete o compromisso do Brasil em transformar a recuperação em um caminho para inclusão, resiliência e sustentabilidade. É informado pela experiência do país com eventos extremos, como as enchentes de 2024-2025 no Rio Grande do Sul, que expuseram as desigualdades sociais e territoriais exacerbadas pelos impactos climáticos. Com base nas lições do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Plano integra a recuperação resiliente, abrangendo governança multinível, envolvimento da comunidade e políticas sociais, ambientais e de infraestrutura coerentes. Seu objetivo geral é alinhar financiamento acessível, infraestrutura resiliente e governança colaborativa com o imperativo de reduzir as desigualdades, unindo assim as realidades locais aos esforços globais de adaptação climática e desenvolvimento sustentável.

Embora fundamentado na experiência do Brasil, o Plano é concebido como uma contribuição para iniciativas globais e regionais que promovem a resiliência e a adaptação, incluindo a *Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI)*, a iniciativa *Alertas Precoces para Todos (EW4ALL)* e a campanha *Tornando as Cidades Resilientes 2030 (MCR2030)*, bem como a campanha *Plano de Ação Regional para a Implementação do Marco de Sendai nas Américas e no Caribe*. Juntas, essas estruturas promovem infraestrutura resiliente, acesso universal a sistemas de alerta precoce e governança local fortalecida para o desenvolvimento urbano informado sobre riscos. Por meio dessas sinergias, o Plano visa acelerar a implementação do *Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (SFDRR)* e aumentar a coerência com o *Acordo de Paris* e a *Agenda Global de Adaptação ao Clima*.

1. Antecedentes e Justificativa

Eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos – incluindo inundações, secas, deslizamentos de terra e ciclones – estão afetando comunidades em todo o mundo, particularmente aquelas em situações de maior vulnerabilidade. Quando a recuperação pós-desastre não é planejada de maneira resiliente e inclusiva, muitas vezes perpetua as desigualdades, corrói as capacidades locais e aumenta a exposição a riscos futuros.

Os impactos das mudanças climáticas se manifestam por meio de perdas econômicas e não econômicas, deslocamento da população, ameaças à segurança alimentar e sanitária e danos aos meios de subsistência e infraestrutura. O *Relatório de Avaliação Global sobre Redução do Risco de Desastres (GAR) 2025* estima que o verdadeiro custo anual dos desastres já ultrapassa US\$ 2,3 trilhões quando as perdas em cascata e do ecossistema são contabilizadas. Esses



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



impactos prejudicam o desenvolvimento sustentável e impedem o progresso em direção à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O *Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030* estabelece "Reconstruir Melhor" como um princípio orientador para os processos de recuperação, enfatizando a integração de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. A Estrutura exige uma governança de desastres que envolva todos os níveis de governo e sociedade civil - incluindo o setor privado e a academia - fortaleça as capacidades locais e adote uma abordagem multirrisco baseada em dados desagregados por sexo, idade e deficiência. Recomenda ainda um alinhamento mais estreito entre as políticas de redução do risco de desastres e as políticas de desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, saúde e adaptação climática.

No mesmo espírito, o Acordo de *Paris* e sua *Agenda Global de Adaptação Climática* destacam que os processos de reconstrução devem estar alinhados com os objetivos de resiliência e sustentabilidade. O *Balanço Global (GST)*, em sua decisão -/CMA.5, ressalta a necessidade de coerência entre os esforços de redução do risco de desastres, ação humanitária, reconstrução, migração e adaptação.

O parágrafo 129 do GST reconhece que as perdas e danos associados às mudanças climáticas restringem o espaço fiscal dos países em desenvolvimento e limitam sua capacidade de alcançar os ODS, enquanto o parágrafo 131 pede às Partes que fortaleçam as sinergias entre redução de riscos, assistência humanitária, recuperação e realocação planejada – incluindo a adoção de medidas eficazes para prevenir e lidar com perdas e danos.

Durante sua presidência do G20, como presidente do Grupo de Trabalho sobre Redução de Riscos de Desastres (GTR RRD), o Brasil introduziu um princípio orientador fundamental para as prioridades do Grupo: **combater as desigualdades para reduzir as vulnerabilidades**. Esse princípio reflete a convicção do Brasil de que a resiliência não pode ser alcançada sem justiça social e que o enfrentamento das desigualdades estruturais é essencial para reduzir os riscos de desastres e fortalecer as capacidades adaptativas.

Em linha com essa visão, o Brasil enfatiza a importância de alavancar também os marcos de cooperação regional para promover a coerência e evitar a duplicação de esforços. Iniciativas como a Reunião de Ministros e Altas Autoridades para a Gestão Integrada de Riscos do MERCOSUL (RMAGIR) e o Consenso de Brasília ilustram o valor da ação coletiva, com base nos mecanismos existentes de cooperação e aprendizado compartilhado. O fortalecimento dessas plataformas regionais aumenta as capacidades institucionais e garante que as ações de recuperação e reconstrução sejam implementadas de forma mais eficaz, inclusiva e sustentável.

Nesse contexto, reforçar os mecanismos de governança, expandir as capacidades institucionais e garantir a participação significativa de grupos vulneráveis – incluindo pessoas de todas as idades (especialmente crianças e idosos), pessoas com deficiência, pessoas que vivem na pobreza e membros de comunidades tradicionais e indígenas – em todas as fases do ciclo de gestão de riscos de desastres são essenciais para avançar em processos de recuperação justos e resilientes.

2. Propósito e Alinhamento Estratégico



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Nesse contexto, o Plano de Recuperação Resiliente Pós-Desastre traduz compromissos globais, incluindo o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres e o Acordo de Paris, em ações concretas destinadas a reduzir novos riscos, fortalecer a adaptação e promover uma reconstrução resiliente e inclusiva.

Ele está alinhado com o Plano de Ação Regional para a Implementação do Marco de Sendai nas Américas e no Caribe, endossado pelos Estados-Membros durante a Plataforma Regional da UNDRR realizada em março de 2023.

Como parte de sua implementação, o Plano também apoia o desenvolvimento de uma estrutura metodológica nacional para a formulação de planos de reconstrução e recuperação, abordando múltiplas dimensões - habitação, água e saneamento, saúde e educação, mobilidade, meios de subsistência, proteção social, meio ambiente, soluções baseadas na natureza, infraestrutura crítica e governança. Este quadro procura integrar critérios mensuráveis de resiliência, indicadores de inclusão social e estratégias financeiras que facilitem o acesso aos recursos, salvaguardando simultaneamente os orçamentos públicos.

O Plano visa melhorar a cooperação entre governos, sociedade civil, setor privado e comunidades locais, fornecendo ferramentas práticas que garantam que os processos de reconstrução reduzam riscos futuros, promovam a inclusão e contribuam para um caminho de desenvolvimento sustentável e resiliente ao clima.

3. Quadro estratégico e pilares de ação

O Plano de Aceleração está estruturado em torno de três pilares interdependentes, projetados para fortalecer as capacidades nacionais e subnacionais de resposta e recuperação, integrando inovação, sustentabilidade e inclusão de grupos vulneráveis.

- **Pilar I – Governança e Planejamento Resiliente**

Estabelece Protocolos para Recuperação Resiliente, definindo procedimentos para a coordenação multissetorial e a integração da redução de riscos e adaptação climática nos planos de reconstrução em diferentes níveis subnacionais. Esse pilar também incorpora mecanismos de prestação de contas para promover a transparência, a responsabilidade pública e o monitoramento internacional dos esforços de recuperação. O Protocolo destina-se a servir de quadro de referência para as iniciativas de reconstrução subnacional.

- **Pilar II – Infraestrutura resiliente e sustentável**

Desenvolve manuais e diretrizes técnicas para construção resiliente ao clima, incorporando critérios de resiliência e integridade em padrões de engenharia e planejamento. Essas ferramentas são projetadas para serem replicadas e adaptadas a diversos contextos territoriais, apoiando assim uma reconstrução mais segura e sustentável.

Este pilar baseia-se nos princípios da *Coalition for Disaster Resilient Infrastructure (CDRI)* e da campanha *Making Cities Resilient 2030 (MCR2030)*, promovendo a adoção de padrões e metodologias globais compartilhados para infraestrutura resiliente ao clima e planejamento informado sobre riscos.

- **Pilar III – Cooperação e Capacidade Técnica**



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Fortalece as plataformas de cooperação Sul-Sul para promover o intercâmbio de conhecimento sobre resiliência, aprofundar o envolvimento com organizações internacionais e expandir o acesso aos protocolos e metodologias existentes para a recuperação resiliente.

4. Abordagem de implementação

Este Plano oferece uma solução sistêmica e replicável que integra redução do risco de desastres, adaptação e mitigação do clima, reconstrução resiliente e soluções baseadas na natureza por meio de ações coordenadas.

Adaptável às realidades das populações vulneráveis, particularmente aquelas expostas a eventos extremos e com capacidade institucional limitada, aborda a necessidade de fortalecer a resiliência social e estrutural, garantindo uma recuperação inclusiva e equitativa.

O Plano baseia-se em ferramentas e experiências comprovadas, enfatizando:

- Desenvolvimento de protocolos de recuperação resilientes
- Fortalecimento dos mecanismos de governança e prestação de contas
- Promoção de infraestrutura verde, azul e sustentável

Também integra sistemas de proteção natural, aprimora as capacidades dos gestores locais e garante que os processos de reconstrução sigam princípios de baixo carbono, eficiência energética e redução de riscos.

Transversalmente, o Plano promove a cooperação internacional e a capacitação técnica, expandindo as plataformas de intercâmbio Sul-Sul, incentivando a disseminação de metodologias brasileiras em toda a América Latina e engajando-se com parceiros multilaterais. Esses esforços consolidam a experiência nacional, aceleram a ampliação de boas práticas e ampliam o impacto nos níveis regional e global.

Alinhado com o Acordo de Paris, o Balanço Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Plano reforça a justiça climática ao consolidar iniciativas em andamento e apresentar um caminho claro de implementação até 2028.

Acelera o progresso em direção à reconstrução resiliente integrada à adaptação e mitigação, apoiando o desenvolvimento territorial inclusivo, sustentável e seguro para o clima.

Ao se alinhar com a Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI), a iniciativa Alertas Precoces para Todos (EW4All) e a campanha Tornando as Cidades Resilientes 2030 (MCR2030), o Plano conecta a experiência nacional do Brasil à arquitetura global de resiliência e contribui com modelos acionáveis para integrar resiliência de infraestrutura, sistemas de alerta precoce e governança urbana nas estratégias nacionais e regionais de recuperação.

Esses vínculos fortalecem a coerência entre a implementação local e as estruturas multilaterais, apoiando o progresso coletivo em direção a um caminho de desenvolvimento mais adaptável, inclusivo e informado sobre riscos.

Ao traduzir esses compromissos em ações práticas, orientadas por dados e inclusivas, o Plano avança na transição da resposta de emergência para a construção proativa de resiliência -



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



combinando recuperação imediata com adaptação de longo prazo, planejamento territorial e governança climática. Assim, posiciona-se como uma estrutura nacional para recuperação resiliente e uma referência escalável para outros países que buscam integrar a redução do risco de desastres, a adaptação climática e o desenvolvimento sustentável sob uma abordagem unificada e coerente.



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Descrição	<p>O Plano de Recuperação Resiliente Pós-Desastre (2025-2028) é concebido como uma estrutura abrangente que reúne redução de risco de desastres, adaptação e mitigação climática e reconstrução resiliente sob uma abordagem única e integrada. Ele fornece um modelo sistêmico e replicável que conecta desenvolvimento de longo prazo, proteção ambiental e inclusão social, ao mesmo tempo em que promove a inovação e a responsabilidade em todos os níveis de governança. Com base na experiência consolidada do Brasil, incluindo respostas a grandes eventos de inundação, como os do Rio Grande do Sul, o Plano traduz as lições aprendidas em instrumentos práticos, protocolos operacionais e padrões técnicos que orientam a reconstrução ao longo de um caminho de baixo carbono, informado sobre riscos e equitativo. Fortalece a coordenação institucional e as capacidades locais, integra soluções de infraestrutura sustentáveis e baseadas na natureza e promove o uso de ferramentas digitais para transparência e monitoramento público.</p> <p>Ao abordar as desigualdades estruturais e colocar a redução das vulnerabilidades no centro de sua estratégia, o Plano promove a cooperação Sul-Sul, facilitando o intercâmbio técnico, disseminando metodologias e alinhando-se com iniciativas internacionais como a Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI), a iniciativa Alertas Precoces para Todos (EW4ALL) e o Plano de Ação Regional para a Implementação do Marco de Sendai nas Américas e no Caribe.</p> <p>Por meio dessas ações, o Plano promove a justiça climática, acelera a reconstrução resiliente e contribui para o alcance das metas do Acordo de Paris, dos resultados do Balanço Global (GST) e dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.</p>
Por que essa solução é importante	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a adaptação climática em territórios vulneráveis expostos a eventos extremos, fortalecendo as capacidades de recuperação da comunidade. • Constrói resiliência comunitária e urbana, com ênfase em grupos em contextos vulneráveis, incluindo populações isoladas ou difusas com capacidade institucional limitada. • Cria oportunidades de capacitação e desenvolvimento local, vinculando inclusão social, governança e sustentabilidade. • Promove a justiça climática, priorizando as populações mais afetadas por desastres e mudanças climáticas. • Oferece uma metodologia flexível e adaptável a diversos contextos socioterritoriais e climáticos, facilitando a replicação nacional e internacional. • Responde a uma demanda urgente e real, especialmente de comunidades historicamente negligenciadas pelas políticas públicas, fornecendo soluções concretas para uma recuperação resiliente e reconstrução inclusiva.
Escopos relevantes a serem abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de contas, transparência e responsabilidade na implementação. • Eficiência e eficácia nos protocolos de recuperação e reconstrução. • Integração de medidas de adaptação climática para reduzir a vulnerabilidade a eventos extremos. • Reconstruir melhor: reconstrução de baixo carbono, eficiente, resiliente e sustentável. • Desenvolvimento sustentável por meio de soluções inclusivas e ambientalmente responsáveis.



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



-
- Mobilização de financiamento climático e melhoria do acesso a financiamento nacional e internacional.
 - Justiça climática para comunidades vulneráveis, especialmente povos tradicionais e comunidades
-



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Eixo: IV – Construindo Resiliência para Cidades, Infraestrutura e Água

Objetivo Principal: 13 – Desenvolvimento urbano resiliente, Mobilidade e infraestrutura.

Solução: Reconstruir com Resiliência e Justiça

Anfitrião: Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR)

Escopo: Este Plano apresenta uma solução sistêmica e replicável que integra redução do risco de desastres, adaptação e mitigação do clima e reconstrução resiliente — incluindo Soluções Baseadas na Natureza — por meio de ações coordenadas. Adaptável às diversas realidades das populações em contextos vulneráveis, particularmente comunidades expostas a eventos extremos e com capacidade institucional limitada, o Plano aborda a necessidade de fortalecer a resiliência social e estrutural, promovendo uma recuperação inclusiva e equitativa. A proposta baseia-se em ferramentas e experiências existentes, com foco na criação de protocolos de recuperação resilientes, no fortalecimento da governança e da responsabilidade e na implementação de infraestrutura verde, azul e sustentável. O Plano também integra sistemas de proteção natural, capacita os gestores locais e incorpora critérios futuros de redução de riscos nos processos de reconstrução.

- **Geográfica:** Internacional / Regional
- **Setorial:** Redução do Risco de Desastres
- **Outros aspectos:** O Plano opera transversalmente, engajando-se na cooperação internacional e no desenvolvimento de capacidade técnica, fortalecendo as plataformas de intercâmbio regionais e globais e envolvendo organizações internacionais. Essas ações consolidam experiências nacionais e internacionais, aceleram a implementação de boas práticas e ampliam o impacto das intervenções em escalas regionais e globais.

Avaliação de Alavancas:

- Tomada de decisão informada sobre o risco (**maturidade média**):
 - *Justificativa Diagnósticos técnicos, sociais e ambientais são aplicados para informar a priorização de municípios e ações de reconstrução. No entanto, os dados de risco e as análises de vulnerabilidade ainda não estão sistematicamente integrados ao planejamento subnacional, à regulamentação do uso da terra ou aos ciclos de investimento público. Muitos governos locais não têm capacidade para interpretar e aplicar informações sobre desastres e riscos climáticos.*
- Mudanças tecnológicas (**maturidade média**):
 - *Justificativa: As tecnologias atualmente aplicadas são comprovadas, confiáveis e econômicas, mas a iniciativa não adotou totalmente soluções transformadoras ou de última geração capazes de melhorar a escalabilidade, a interoperabilidade e a integração de dados em tempo real entre sistemas e territórios.*



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



- Conhecimento e desenvolvimento de capacidades (**média maturidade**):
 - *Justificativa:* Há um conhecimento bem estabelecido sobre implementação e treinamento da comunidade local, dada a simplicidade da metodologia e acessibilidade ao seu público-alvo. No entanto, continua sendo necessário desenvolver estratégias para garantir uma disseminação mais ampla entre a população.
- Tomada de decisão, governação e conceção inclusivas (**baixa maturidade**):
 - *Justificativa:* *Existem abordagens participativas, mas são limitadas pela baixa capacidade municipal e pela fraca cultura de prevenção e autoproteção. O engajamento geralmente ocorre de forma reativa, após desastres, com continuidade limitada ou propriedade local.*
- Padrões e taxonomias (**vencimento médio**):
 - *Justificativa:* *Existe um conjunto de padrões técnicos e estruturas normativas para orientar os processos de recuperação e reconstrução. No entanto, as populações mais vulneráveis e as autoridades locais de baixa capacidade muitas vezes não têm acesso a esses padrões ou a capacidade de aplicá-los de forma eficaz. Isso resulta em implementação desigual, onde os mais expostos a desastres e riscos climáticos permanecem excluídos dos benefícios da reconstrução resiliente e da infraestrutura segura.*
- Fornecimento (**vencimento médio**):
 - *Justificativa:* *Existe uma cadeia de suprimentos consolidada e confiável capaz de fornecer os materiais, tecnologias e serviços técnicos necessários para recuperação e reconstrução. No entanto, áreas isoladas ou de difícil acesso geralmente dependem de suprimentos vindos de cidades maiores, frequentemente localizadas distantes, o que aumenta custos, atrasa a entrega e reduz a continuidade da manutenção e operação. Essa dependência logística limita a autonomia e retarda os processos locais de recuperação, especialmente em territórios vulneráveis.*
- Procura (**maturidade média**):
 - *Justificativa:* *A demanda por reconstrução resiliente e acesso a infraestrutura segura é significativa, principalmente entre as comunidades repetidamente afetadas por desastres. No entanto, em contextos de pobreza e vulnerabilidade social, a conscientização sobre a prevenção de riscos, práticas de manutenção e o valor da reconstrução resiliente permanecem limitadas. Como resultado, o engajamento tende a ser reativo – impulsionado pelas necessidades pós-desastre – em vez de proativo ou preventivo.*
- Financiamento público e privado (**baixa maturidade**):
 - *Justificativa:* *O financiamento para recuperação e reconstrução continua sendo predominantemente público, com diversificação limitada de fontes de financiamento. Embora haja uma base sólida para ampliar a metodologia, a baixa capacidade institucional e o acesso limitado a formas alternativas de capital restringem o potencial de expansão.*
- Parcerias e colaboração (**maturidade média**):
 - *Justificativa:* *As parcerias entre instituições públicas, academia, organizações da sociedade civil e agências técnicas estão bem estabelecidas e contribuem para expandir o alcance e a eficácia das iniciativas de resiliência. No entanto, persistem desafios de governação, em especial na garantia de uma coordenação*



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



coerente entre setores e níveis de governo. As diferenças nos mandatos, na capacidade institucional e na disponibilidade de recursos geralmente resultam em implementação fragmentada e participação desigual dos atores locais.

- Políticas e regulamentação (**vencimento médio**):
 - *Justificativa: As estruturas de políticas existentes geralmente apoiam as metas de resiliência e adaptação; no entanto, a capacidade institucional desigual e as lacunas regulatórias contribuem para as disparidades na forma como essas estruturas são implementadas nos territórios. Em muitos contextos, as políticas são aplicadas de forma mais eficaz em áreas urbanas ou com melhores recursos, enquanto as regiões vulneráveis e de baixa capacidade permanecem sub-regulamentadas ou excluídas dos mecanismos de execução. Esse desequilíbrio destaca a necessidade de abordagens regulatórias mais inclusivas e coerentes que garantam o acesso equitativo aos benefícios da reconstrução resiliente.*
- Opinião pública (**baixa maturidade**):
 - *Justificativa: Nas áreas em que as iniciativas foram implementadas, a percepção pública tende a ser positiva, reconhecendo a contribuição das medidas de resiliência para a segurança e o bem-estar. No entanto, em muitos territórios, a conscientização sobre a redução, prevenção e reconstrução resiliente do risco de desastres permanece baixa, particularmente entre as populações mais pobres e marginalizadas.*

Impacto esperado deste plano nas metas para 2030

Alinhado ao Acordo de Paris, ao Balanço Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Plano reforça o princípio da justiça climática — entendida como o compromisso de enfrentar as desigualdades para reduzir as vulnerabilidades. Ele consolida as iniciativas em andamento e apresenta um caminho claro de implementação até 2028. Seu objetivo é acelerar o progresso em direção à reconstrução resiliente integrada à adaptação e mitigação do clima, promovendo o desenvolvimento territorial inclusivo, sustentável e seguro para as populações em maior risco. O Plano de Aceleração para Recuperação Resiliente Pós-Desastre foi concebido para gerar impactos tangíveis em vários marcos da Agenda 2030, promovendo soluções sistêmicas para redução de risco de desastres, adaptação e mitigação climática, reconstrução resiliente e integração de Soluções Baseadas na Natureza. Contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fortalecendo as capacidades locais, promovendo a inclusão de grupos vulneráveis e aprimorando a integração de políticas de adaptação, mitigação e reconstrução.

O Plano aborda as lacunas existentes nas vulnerabilidades sociais, econômicas e institucionais, especialmente nas comunidades mais expostas a eventos extremos. Por meio da criação de protocolos de recuperação resilientes, do fortalecimento da governança e da responsabilidade e da implementação de infraestrutura verde, azul e sustentável, promove a resiliência territorial, a proteção dos meios de subsistência e a redução de riscos futuros.

Contribui diretamente para o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Por meio da cooperação internacional, do intercâmbio de boas práticas e do desenvolvimento de capacidades técnicas, o Plano amplia o impacto de suas ações em



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



escalas regionais e globais – acelerando o progresso em direção às metas da Agenda 2030 e garantindo que as populações vulneráveis se beneficiem de uma recuperação inclusiva, sustentável e resiliente ao clima, consistente com os princípios de justiça climática, transparência e ambição compartilhada.



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
Estratégias e protocolos oficiais para recuperação resiliente pós-desastre desenvolvidos	<ul style="list-style-type: none">• Princípios de design: Estabelecer critérios e princípios orientadores para o planejamento de intervenções que considerem a sustentabilidade ambiental, social e econômica.• Integração de infraestruturas: Combine infraestrutura cinza (tradicional), verde (baseada na natureza) e azul (relacionada à água) para aumentar a resiliência.• Padronização de processos: Crie modelos e protocolos que garantam replicabilidade e	Desenvolvimento, padronização e disseminação de diretrizes técnicas nacionais para apoiar o desenho e a implementação de projetos de recuperação pós-desastre, garantindo soluções integradas, sustentáveis e resilientes.	Nova Ação	<ul style="list-style-type: none">• Tomada de decisão informada sobre riscos• Governança e design inclusivos• Inovação tecnológica• Desenvolvimento de conhecimento e capacidade• Padrões e taxonomias• Parcerias e colaboração• Políticas e marcos regulatórios• Sensibilização pública e vontade política	SEDEC/MIDR	Julho de 2028	UNDRR, UNOPS, CDRI, outros envolvidos na redução e gestão de riscos de desastres. No âmbito nacional brasileiro, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) atua como autoridade coordenadora da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A SEDEC é responsável por organizar, articular e orientar as ações de redução, preparação, resposta e recuperação de riscos de desastres em coordenação com entes federais, governos



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	<p>consistência entre regiões e tipologias de desastres.</p> <ul style="list-style-type: none">• Integração econômica e ambiental: Garantir que os projetos de recuperação promovam a revitalização econômica local, a criação de empregos e a restauração de atividades produtivas, preservando a sustentabilidade ambiental.• Desenvolvimento e disseminação de capacidades: Produzir manuais, materiais técnicos e programas de treinamento para profissionais e gestores para promover a capacitação e o						<p>estaduais e municipais e instituições relevantes. Seu mandato inclui garantir a coerência das políticas, promover a governança interinstitucional e facilitar a colaboração entre os setores para fortalecer a estrutura geral de resiliência do país.</p>



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	compartilhamento de conhecimento. • Monitoramento e avaliação: Definir indicadores e métricas para avaliar a eficiência, sustentabilidade e resiliência do projeto. Geográfica: Nacional / Regional						
Desenvolvidos protocolos multiagências para recuperação pós-desastre	• Governança: Definir mandatos e papéis claros para cada agência federal envolvida na resposta e recuperação pós-desastre; estabelecer mecanismos de coordenação intersetorial para ação integrada. • Gestão de processos: Simplificar e	projeto, formalização e implementação de protocolos coordenados de várias agências entre instituições federais para garantir uma recuperação eficiente, organizada e resiliente em áreas afetadas por desastres.	Nova Ação	<ul style="list-style-type: none">Tomada de decisão informada sobre riscosGovernança e design inclusivosInovação tecnológicaDesenvolvimento de conhecimento e capacidadeAlinhamento de oferta e demandaPadrões e taxonomias	SEDEC/MIDR e CGU	jan de 2028	Entidades internacionais: UNDRR, UNOPS, CDRI, outras. No âmbito nacional brasileiro, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) atua como autoridade coordenadora da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	<p>padronizar procedimentos por meio de diretrizes uniformes para avaliação de danos, priorização de intervenções com base em critérios sociais, ambientais e de equidade e execução de medidas emergenciais e estruturais.</p> <p>• Capacitação e treinamento: Desenvolver programas para garantir que as equipes federais entendam e apliquem efetivamente os protocolos.</p> <p>• Monitoramento e avaliação: Definir indicadores de implementação, resultados e impacto;</p>			<ul style="list-style-type: none">• Parcerias e colaboração• Políticas e marcos regulatórios• Financiamento público e privado• Sensibilização pública e vontade política			<p>do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A SEDEC é responsável por organizar, articular e orientar as ações de redução, preparação, resposta e recuperação de riscos de desastres em coordenação com entes federais, governos estaduais e municipais e instituições relevantes. Seu mandato inclui garantir a coerência das políticas, promover a governança interinstitucional e facilitar a colaboração entre os setores para fortalecer a estrutura geral de resiliência do país.</p>



United Nations
Climate Change



UN Office for Disaster Risk Reduction

MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



STANDING WITH THE BRAZILIAN PEOPLE

Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	estabelecer ferramentas para acompanhamento e melhoria contínua. Transparência e prestação de contas: Definir mecanismos de transparência e supervisão pública em relação ao uso de fundos de recuperação. Abrangência geográfica: Nacional na Regional						A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal responsável por proteger o patrimônio público e aumentar a transparência na gestão por meio de controles internos, auditoria pública, correção, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção.
Modelos de estudo para alocação de recursos financeiros, humanos e materiais para recuperação aprimorados	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento de recursos: Identificar e analisar os recursos financeiros, humanos e materiais existentes disponíveis para ações de recuperação. Avaliação dos modelos atuais: Revisar os 	Desenvolvimento de um estudo analítico para otimizar a mobilização e alocação de recursos financeiros, humanos e materiais para a recuperação pós-desastre, garantindo	Nova Ação	decisões informadas sobre riscos, governança inclusiva, inovação tecnológica, capacitação, padrões, alinhamento entre oferta e demanda, financiamento, colaboração, coerência regulatória e compromisso político.	SEDEC/MIDR	jul.2028	UNDRR, UNOPS, CDRI, outros. No âmbito nacional brasileiro, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) atua como autoridade coordenadora da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	<p>mecanismos e procedimentos atuais para mobilização e distribuição de recursos durante emergências.</p> <ul style="list-style-type: none">• Melhorias propostas: Desenvolver recomendações para aprimorar os modelos de alocação para distribuição oportuna, eficiente e equitativa de recursos.• Integração interinstitucional: Projetar mecanismos de coordenação entre agências federais, estaduais e municipais e com parceiros privados e da sociedade civil.• Indicadores e monitoramento: Definir	<p>eficiência, rapidez e resiliência.</p>					<p>do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A SEDEC é responsável por organizar, articular e orientar as ações de redução, preparação, resposta e recuperação de riscos de desastres em coordenação com entes federais, governos estaduais e municipais e instituições relevantes. Seu mandato inclui garantir a coerência das políticas, promover a governança interinstitucional e facilitar a colaboração entre os setores para fortalecer a estrutura geral de resiliência do país.</p>



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	métricas para avaliar a eficácia da implementação e o impacto na recuperação pós-desastre. Âmbito geográfico: Nacional/Regional						
Modelo de Negócio para Desenvolvimento de Estudos e Projetos de Recuperação desenhados e desenvolvidos	<ul style="list-style-type: none">• Desenho do modelo de negócios: Definir processos, estruturas organizacionais, mecanismos de financiamento, arranjos de governança e fluxos de trabalho para o desenvolvimento de estudos e projetos de recuperação.• Planejamento estratégico e financeiro: Identificar os recursos	criação e operacionalização de um modelo de negócio estruturado para viabilizar o desenvolvimento de estudos técnicos e projetos de recuperação em áreas afetadas por desastres, garantindo eficiência, sustentabilidade e escalabilidade.	Nova Ação	<ul style="list-style-type: none">• Tomada de decisão informada sobre riscos Governança e design inclusivos• Inovação tecnológica• Desenvolvimento de conhecimento e capacidade• Alinhamento de oferta e demanda• Padrões e taxonomias• Parcerias e colaboração• Políticas e marcos regulatórios	SEDEC/MIDR	Julho de 2028	Entidades internacionais: UNDRR, UNOPS, CDRI, outras. Instituições nacionais: No âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) atua como autoridade coordenadora da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A SEDEC é



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	<p>necessários (financeiros, humanos, materiais) e definir estratégias de mobilização, alocação e gestão.</p> <ul style="list-style-type: none">• Integração de partes interessadas e parcerias: Estabelecer mecanismos de colaboração entre agências federais, academia, setor privado e sociedade civil para o desenvolvimento conjunto de projetos.• Padronização e metodologias: Desenvolver diretrizes e metodologias consistentes para garantir a qualidade técnica e a replicabilidade dos estudos e projetos.			<ul style="list-style-type: none">• Financiamento público e privadoSensibilização pública e vontade política			<p>responsável por organizar, articular e orientar as ações de redução, preparação, resposta e recuperação de riscos de desastres em coordenação com entes federais, governos estaduais e municipais e instituições relevantes. Seu mandato inclui garantir a coerência das políticas, promover a governança interinstitucional e facilitar a colaboração entre os setores para fortalecer a estrutura geral de resiliência do país.</p>



United Nations
Climate Change



MINISTRY OF
INTEGRATION AND OF
REGIONAL
DEVELOPMENT

OFFICE OF THE
COMPTROLLER GENERAL



Resultado (Saída)	Âmbito de atuação	Ação	Tipo de Ação	Alavanca de implementação	Entidade Responsável	Prazo	Engajamento das partes interessadas
	<ul style="list-style-type: none">Monitoramento e avaliação: Definir indicadores e métricas para acompanhar a implementação e medir o impacto de estudos e projetos. <p>Geográfico: Regional e Nacional</p>						